

# Entrevista com Fernando Rosas: "a revolução portuguesa foi contida, mas não derrotada"<sup>1</sup>

**Carlos Zacarias de Sena Júnior**

Professor na Universidade Federal da Bahia (UFBA)

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida a Carlos Zacarias de Sena Jr. (com a participação de Alexandre Augusto Coutinho) no gabinete de Fernando Rosas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) no dia 29 de junho de 2013, durante a realização do I Encontro da Rede Ibero-Americana de Resistência y(e) Memória (RIARM). A entrevista foi filmada e depois transcrita pela graduanda em História e bolsista de PIBIC da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Daiana Silva Barbosa e revisada por Carlos Zacarias de Sena Jr.

### **A revolução portuguesa foi contida, mas não derrotada**

**Resumo:** entrevista com o historiador português Fernando Rosas, um dos mais importantes analistas da política portuguesa contemporânea. Ativista desde os tempos da luta contra o salazarismo e ex-deputado pelo Bloco de Esquerda, Rosas concedeu esta entrevista em junho de 2013, e analisou o passado e o presente da Revolução dos Cravos, bem como traçou tendências para o futuro social e políticos da Europa.

**Palavras-chave:** 1. Fernando Rosas; 2. Revolução dos Cravos; 3. Salazarismo.

### **The Portuguese revolution was contained, but not defeated**

**Abstract:** An interview with the Portuguese historian Fernando Rosas, one of the most prominent analysts on the Portuguese contemporary politics. Being an activist since the democratic struggles against Salazar's dictatorship, and a former deputy of the Bloco de Esquerda, Rosas gave this interview in June 2013, analyzing the past and the present of the Carnation Revolution and delineating some tendencies regarding Europe's social and political future.

**Keywords:** 1. Fernando Rosas; 2. Carnation Revolution; 3. Salazarism.

**P**rofessor catedrático do Departamento de História da Universidade Nova de Lisboa (UNL), Fernando Rosas não é apenas historiador académico. Com uma experiência de militância que remonta ao início dos anos 1960 em Portugal, onde combateu o salazarismo, Rosas integrou o Partido Comunista Português (PCP) de onde se desligou para fundar, 1970, a organização maoísta Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). Integrou o MRPP no revolucionário ano de 1974, tendo dirigido o jornal *Luta Popular* até 1979. Desliga-se da organização em 1980, vindo a compor listas de candidatos do Partido Socialista Revolucionário (PSR), ligado ao Secretariado Unificado da IV Internacional, tendo sido um dos fundadores do Bloco de Esquerda em 1999, partido pelo qual foi candidato a presidente da República em 2001 e pelo qual foi eleito deputado a Assembleia da República em 1999 e 2005.

Com décadas de ativismo no currículo, Fernando Rosas não deixou de ser também um profundo e competente analista da história política portuguesa no século XX. Com mais de uma dezena de livros publicados, entre os quais o volume dedicado ao Estado Novo português da coleção *História de Portugal*, coordenado por José Mattoso, Rosas é ainda um influente comentador de temas políticos em jornais portugueses e, frequentemente, é convidado a integrar bancadas de emissoras da TV aberta e a cabo em Portugal para discutir o passado e o presente.

A entrevista a seguir foi realizada em junho de 2013. Neste momento, Portugal enfrentava o impacto de diversas greves, algumas delas de caráter geral e em pelo menos uma situação, com trabalhadores de Portugal e Espanha articulados. O país tinha como presidente Aníbal Cavaco Silva, líder do conservador Partido Social Democrata (PSD), e como primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, também do PSD, que balançava na direção do governo. No Brasil corriam os intensos e tumultuados dias que nos legaram as já famosas

Jornadas de Junho. O Brasil e Portugal de 2013, além da Grécia antes do Syriza e da Europa como um todo, estiveram na pauta da instigante entrevista concedida por Rosas. Ao lado de questões atuais do mundo contemporâneo, Fernando Rosas refletiu sobre a sua obra mais recente (*Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa: Tinta da China, 2012), o salazarismo, o fascismo e a revolução com o conhecimento de alguém que levou os últimos anos não apenas ocupado e interpretar o mundo, mas empenhado em transformá-lo.

De certo que os quase três anos que nos separam daquela entrevista não confirmaram todas as possibilidades antevistas pelo historiador, especialmente quanto aos caminhos tomados pelo Brasil depois de junho de 2013. Não obstante, não se pode deixar de notar que a capacidade de Rosas apreender tendências a partir da compreensão dos processos históricos mais profundos que tiveram lugar no século XX. Justamente por isso esta entrevista permanece atual e provocante quanto ao futuro que queremos e que é possível edificar.

**Carlos Zacarias.** *Professor Fernando Rosas, você poderia falar um pouco de sua experiência como intelectual e pesquisador e de seus interesses atuais de pesquisa?*

**Fernando Rosas.** Minha área de estudos é, sobretudo, história do século XX na Europa e em Portugal, e a minha área mais especializada de estudos tem sido história do Estado Novo, ou seja, da ditadura portuguesa que ocupou metade do século XX português. Este é o período sob o qual mais escrevi. Atualmente dedico-me ao estudo dos problemas ligados a memória, a preservação e a luta pela memória e aos problemas do estudo comparado do Estado Novo com outros regimes fascistas europeus, bem como ao aprofundamento do debate em torno dessa comparação. Publiquei recentemente um livro sobre o salazarismo e o poder (Rosas, 2012), a arte de saber durar e estou preparando outro sobre o Estado Novo e os fascismos europeus,<sup>2</sup> que é uma espécie de investigação, estudo comparado do regime salazarista com outros regimes europeus.

Estou empenhado em vários projetos, talvez o mais importante deles seja a comissão instaladora, finalmente, do Museu do Aljube – o Museu de

---

<sup>2</sup> Ainda não publicado (N. da R.)

Resistência e Liberdade.<sup>3</sup> O Aljube foi uma antiga cadeia de presos políticos em Lisboa. Vai ser transformada no âmbito da Câmara Municipal de Lisboa, em Museu Histórico da Resistência e eu faço parte da comissão instaladora desse museu, além de participar em muitos outros projetos académicos sobre os portugueses que morreram nos campos de concentração na Alemanha.

Depois de 40 anos do movimento militar e do início da revolução um debate muito importante a ter é sobre uma coisa que já é nesse momento discutida, que é a crise das democracias liberais. Há um processo muito claro de crise, multiforme, político institucional, crise obviamente social, econômica e financeira; crise inclusive de valores que atravessa e se entrelaça com a crise propriamente financeira da grande depressão de 2008 em diante e coloca problemas sobre o futuro. Acho que estamos numa esquina da história, como estávamos em 1929. Em 1929 sabemos como acabou essa crise, na Segunda Guerra Mundial. Hoje não sabemos o que vai acontecer, mas que alguma coisa de grande está se preparando em nível internacional e também envolvendo nosso pequeno país aqui, sem dúvida. E acho que os historiadores tem alguma coisa a dizer sobre isso.

**Carlos Zacarias.** *Um dos interesses desta entrevista é justamente falar da crise e você citou pesquisas que tem orientado nos últimos anos que discutem os regimes da democracia, a luta de classes e a Revolução de 25 de abril. Você acha que o interesse crescente pelo assunto se relaciona com a crise?*

**Fernando Rosas.** Em Portugal o interesse por todo o período da ditadura é muito grande. Devo dizer até que os nossos colegas europeus se surpreendem com o sucesso editorial das obras que versam sobre o período da ditadura. Há dezenas de títulos sobre o salazarismo, sobre a resistência, há muita coisa publicada. E há, de fato, muito interesse. As pessoas querem conhecer bem a história portuguesa do século XX, esse quase meio século de ditadura que marcou a história recente de Portugal. Há um interesse também crescente sobre a revolução de 1974-1975, até porque há um debate na sociedade portuguesa

---

<sup>3</sup> Ver <http://www.museudoaljube.pt/>

sobre se a democracia é fruto da revolução ou se a democracia fez-se apesar da revolução.

Esse é um debate central, digamos, entre a esquerda e a direita historiográfica em Portugal. Isso suscita, portanto, um debate de interesses: qual foi o papel que a revolução de 1974-1975 teve na gestão da democracia portuguesa? Esse é um debate bastante importante. E, portanto, digamos que esse interesse e esse debate centram-se na questão da apropriação da memória, ou seja, a memória não é uma coisa que esteja guardada numa gaveta empoeirando-se. A memória é uma relação social, uma relação de forças, uma luta pela hegemonia daquilo que cremos ter como representação do passado, como instrumento de leitura do presente e de trabalho pelo futuro. A memória, portanto, é uma relação de luta, uma relação social de luta pela hegemonia no presente e no futuro. E essa luta é muito própria dos momentos de crise.

Em um momento de crise como este, um momento de mudança, uma esquina da história, necessariamente existe um exacerbamento da luta pela memória, ou seja, qual é a memória com que queremos legitimar o presente e o futuro, as transformações do presente e do futuro? Que memória é essa? E isso é um combate, um combate pela história, um combate social e ideológico ao qual não nos podemos furtar, e nesse sentido eu acho que há uma politização da memória e da história, o resto político, a memória e a história que está corrente nesse momento de crise que atravessamos e das grandes interrogações que ele coloca e daquilo que vamos buscar ao passado para explicar essas coisas do presente e do futuro.

**Carlos Zacarias.** *Justamente a propósito da memória, você lançou recentemente um livro, Salazar e o poder: a arte de saber durar. Seria possível dizer que o livro é uma espécie de desabafo pessoal contra este regime?*

**Fernando Rosas.** Não, não é tanto isso. Bem, aquilo que fez a minha geração, dos anos 1960, se projetar na história contemporânea foi em grande parte a tentativa de explicar a razão porque o salazarismo durou tanto tempo e porque esta ditadura tão violenta, conservadora e prejudicial ao país conseguiu durar quase metade do século XX. E porque Salazar conseguiu estar no poder ininterruptamente como chefe do governo, como ministro das finanças, entre

1932 e 1978. Este foi o único ditador da Europa, antes de Franco, a não ser é derrubado nem nas ruas, nem nas urnas, nem nos quartéis. Ele morre na cama, de morte natural, e isso colocou uma interrogação à minha geração: explicar esta estranha *arte de saber durar* do salazarismo, que se aguentava mesmo quando tinha que enfrentar grandes tempestades sociais, como enfrentou no fim da Segunda Guerra Mundial; ou nas eleições presidenciais de 1958; ou ainda quando enfrentou o começo da guerra colonial e sobreviveu.

O que é que fazia o salazarismo sobreviver, mesmo quando vivia momentos de profundo isolamento social? Sobre isso fui estudando, discutindo, ouvindo e aprendendo ao longo dos anos. Aqui há uma altura em que a quantidade se transforma em qualidade, acho eu. Chega um ponto em que estamos preparados para escrever sobre o assunto e as coisas se acumulam, estão como que escritas na cabeça e saem porque há um momento adequado para se escrever. Acho que não poderia ter escrito esse livro antes, não tinha formulado as ideias, não tinha chegado às conclusões a que cheguei. A minha cabeça amadureceu para escrever esse livro ao fim desses anos de investigação, estudo, durante as aulas que eu dava. As aulas ensinam muito, as discussões dos estudantes ensinam muito, os trabalhos que oriento ensinam muitíssimo e eu acho que estava na altura da sistematizar as ideias que tinha sobre o assunto.

Boa parte dele escrevi no Brasil, no Rio, enquanto dava aulas, mas já trouxera uma parte escrita de Lisboa. O resto escrevi em um mês. Um mês por ano costumo estar no Brasil para dar aulas no Rio de Janeiro e nesse período aproveitei para finalizar o meu trabalho. Mas, de fato, foi de rompanete: o livro é fruto de uma investigação muito longa, mas é um livro ensaísta, basicamente uma interpretação sobre as coisas que estavam escritas na minha cabeça e aproveitei para sistematizar. Esse é um livro que fala também sobre a natureza do Estado Novo, a natureza da ditadura, porque falar sobre a *arte de saber durar* do salazarismo é falar sobre a natureza do regime, essa forma particular de fascismo que, em Portugal, conseguiu resistir a várias crises até perder, finalmente, aquilo que era seu principal apoio, que era o controle político das Forças Armadas. Não dos generais, estes se mantêm absolutamente fieis à ditadura até o fim, os generais, os brigadeiros, os oficiais superiores, os coronéis. Mas perde o controle das Forças Armadas através dos oficiais intermediários, capitães e majores que conduziam a guerra colonial em solo na África.

É por aí que se rompe a fidelidade das Forças Armadas, na conjugação da quebra de hierarquia e da cadeia de comando dessas, com um movimento social que se tinha acumulado como uma panela de pressão. Essa combinação é o que vai permitir transformar o golpe militar num processo revolucionário. Digamos que o golpe militar abre a porta, como dizia o poeta Ary dos Santos,<sup>4</sup> “as portas que abril abriu”, abre a porta a esse processo que, muito corretamente penso, é chamada de Revolução Portuguesa de 1974-1975.

**Carlos Zacarias.** *Uma pergunta incontornável: por que Salazar conseguiu “saber durar”?*

**Fernando Rosas:** Eu analiso vários fatores. O primeiro é obviamente a violência. A violência possuía duas caras: a violência preventiva e a violência que opera sobre as consciências. Esta última é violência que opera através dos aparelhos de controle totalitários da sociedade: a família, a escola, os lares, os locais de trabalho. O Estado Novo criou grandes aparelhos de inculcação ideológica e controle ideológico sobre todos os níveis de sociabilidade, isso acompanhado de instrumentos de prevenção: escutas telefônicas, intercessão da correspondência, ou seja, as pessoas sabiam que havia um risco invisível que no seu cotidiano marcava até onde podiam ir. E esse risco invisível era definido por essa violência preventiva, essa violência que aparentemente não se via, mas que era a violência do controle social. Para a minoria que atravessava esse risco, que fazia greve, que se organizava clandestinamente, que participava de manifestação, a minoria que ousava intervir politicamente, esta segunda forma de violência era a violência repressiva.

É uma violência implacável, quer dizer, é uma violência que não se mede apenas pelo número de mortos. O Estado Novo assassinou várias pessoas, mas não é um número em termos internacionais espantoso. O fascismo italiano matou menos gente até 1939 do que o Estado Novo português, não há dúvida nenhuma, depois da guerra é outra coisa. Agora essa violência repressiva que atacava sobre a vida das pessoas e que impedia ao professor dar aulas, impedia

---

<sup>4</sup> José Carlos Ary dos Santos (1937-1984), poeta e declamador português de ideais radicais, notabilizado por seu ativismo durante a revolução portuguesa que derrubou a ditadura de Salazar.



ao trabalhador arranjar trabalho, prendia quando quisesse, durante o tempo que quisesse, a prisão por tempo indefinido, atribuição à polícia política de poderes judiciais, tudo isso que era o recurso sistemático a tortura e à violência, que era a violência repressiva, que combinada com a violência preventiva, era muitíssimo eficaz. A seguir, veio o controle político sobre as Forças Armadas que é um controle eficiente durante o período salazarista *stricto sensu*, quer dizer, a partir do biênio de 1936 – 1938, quando Salazar consegue reformar as Forças Armadas e chamar o controle político das Forças Armadas para si, como ministro da Defesa, pra mante-lo até 1968.

Nesses 30 anos, 1938-1968, Salazar nunca perde: em todos os grandes momentos de crise as Forças Armadas se aliam ao regime. Vai ser preciso esperar pelos efeitos da guerra colonial, na oficialidade intermédia, para isso mudar. Em terceiro lugar, a cumplicidade da Igreja Católica que é muitíssimo importante. A Igreja Católica abençoa o regime. A Igreja considerava que ela e o regime tinham o mesmo propósito de reconversão cristã da sociedade e que o Estado Novo era um instrumento de providência divina na realização desse objetivo. E é assim que o apresenta e é assim que o legitima, que o defende desde publicamente, na ação das organizações católicas e na ação de grandes organismos de enquadramento do regime que o Estado relega a Igreja Católica, como a Organização das Mães para a Educação Nacional, a Mocidade Portuguesa Feminina. Grande parte da segurança social são setores da atividade pública entregues à Igreja Católica pelo regime para ela proceder a esse enquadramento. E a Igreja Católica tem um papel, com a honrosa exceção do bispo do Porto [D. António Ferreira Gomes], não há nenhum único bispo metropolitano que tenha levantado um dedo contra o regime, mesmo no sentido de denunciar os seus excessos.

Há, ainda, um quarto fator: o corporativismo. Eu contrario a ideia de que pode haver um corporativismo não fascista, eu acho que o corporativismo é de natureza dos regimes fascistas. O corporativismo é uma violência, é a imposição pela força da conciliação do capital com o trabalho, portanto é a iluminação administrativa e política da luta de classes, o corporativismo pressupõe a violência do Estado, e isso é próprio dos regimes fascistas, é uma característica típica dos regimes fascistas que em grande medida organizaram-se historicamente para resolver esse problema, da ameaça revolucionária, da

ameaça da luta de classes etc. Em Portugal tem dois objetivos: enquadrar e disciplinar o movimento operário em uma época de crise e, em segundo lugar, ser um instrumento de regulação econômica da oligarquia, ou seja, os diversos interesses oligárquicos depositavam no Estado a regulação dos seus conflitos e desequilíbrios entre os vários setores da oligarquia.

O corporativismo em Portugal tem essa face, é um corporativismo do setor econômico e é um corporativismo do controle social. E isso ajuda muito a *fazer durar* o regime, primeiro porque proíbe as greves, os sindicatos livres, e, portanto, não há adversário à altura. Em outras palavras, o sindicato nacional não é um sindicato livre, é um instrumento do aparelho de Estado. Não há greve, a greve é proibida. E, por outro lado, porque o corporativismo articula os diversos setores da classe dominante e essa articulação é duradoura, faz o regime durar. E finalmente o último aspecto que eu abordo nesse livro é a questão da apetência totalitária do Estado, ou seja, o Estado tem um projeto totalitário, o Estado Novo quer criar um homem novo, e cria todo um aparelho não só de enunciação do regime, e, sobretudo, aparelhos especializados de inculcação autoritária e unívoca desses valores no recinto social, que são os vários aparelhos da educação nacional, da organização corporativa, que são aparelhos modificados, nos campos e na cidade, inclusive nos tempos livres, a Federação Nacional para Alegria no Trabalho (FNAT), é o *Dopolavoro* italiano, é a organização correspondente, aliás, tem quase o mesmo nome do nazismo alemão, e controla os tempos livres.

É preciso perceber que nos anos 1940 e 1950 em Portugal não podia haver em nenhum local de trabalho, não podia se fazer em nenhum local de trabalho uma excursão ou fazer um jogo de *ping-pong* que não fosse organizado pela FNAT. Assim como nas escolas não poderia haver nenhuma atividade escolar que não fosse controlada pela Mocidade Portuguesa, pela organização da Mocidade Portuguesa. E, portanto, são organizações totalizantes que visavam a tal criação do homem novo. O homem novo português não é o correspondente das Valquírias, não é o homem das wagnerianas, não é o herói do *Nibelungo* [da mitologia germânica], nem é o Apolo Romano, mas é o caseiro, o honrado, temente a Deus, respeitador das hierarquias, o homem rural que se quer o sustentáculo da ordem nova, portanto é aquele homem do cartaz que o Estado Novo fez distribuir nas escolas em 1938.

Os professores eram obrigados nas escolas a dar uma lição sobre aquela série de cartazes. 1938 era a primeira década do Salazar no governo, Salazar tinha entrado como ministro das Finanças em 1928-1938, e distribuiu pelas escolas todas uma série de cartazes, e um cartaz simples, é o cartaz do homem novo, é um cartaz: “Deus, pátria e família”, em que se vê um homem entrar numa casa, uma casa portuguesa, o homem é um camponês que traz um a enxada às costas, que entra no limiar da casa, na parede está um crucifixo, no centro da casa está a mesa posta, pela janela, ao longe, vê-se o Castelo de Guimarães<sup>5</sup> com a bandeira nacional a flutuar; na lareira uma mulher prepara a refeição, ajudada pela sua filha pequena, já sociabilizada daquilo que deve ser a função da mãe do lar; sentado em uma cadeira, levantando-se quando o pai chega, fardado da Mocidade Portuguesa, está um jovem que entretanto lê um livro, e o pai tira o chapéu ao entrar em casa com uma enxada às costas, é uma casa portuguesa, é o homem novo salazarista: é esse caseiro honrado, temente a Deus, respeitador do princípio de que há um lugar para cada um e cada um tem o seu lugar.

**Carlos Zacarias.** *Falando da democracia que se seguiu ao regime salazarista e a outros regimes ditatoriais que atingiram o mundo, há aqueles que afirmam que hoje a melhor forma de atuação dos movimentos de massa é a saída pela democracia. Por outro lado, há quem fale em “reação democrática” no interior destes movimentos, uma forma de reação antipopular que geraria confusão em uma série de organizações políticas que passariam a se adaptar – em alguns casos de maneira oportunista – aos regimes democráticos. O senhor acha que a democracia nesse sentido também “sabe durar”, ou seja, seria uma forma de reação às alternativas populares?*

**Fernando Rosas.** Eu acho que em Portugal a democracia é fruto da revolução, é o que ficou da revolução. A revolução de 1974-1975 criou a democracia na rua antes dela ser legislada. As liberdades fundamentais foram conquistadas na luta de rua, muito antes de serem consagradas institucionalmente. O direito a greve, a liberdade de associação sindical, a

---

<sup>5</sup> Monumento localizado em Braga, símbolo da formação da nacionalidade portuguesa.

liberdade de expressão, os partidos, tudo isso se conquistou na rua e é por isso que essas liberdades fundamentais são muito difíceis de retirar, porque as pessoas as tomaram em suas mãos. A revolução conquistou, também, os princípios do Estado social, o Estado providência, que consistem nas férias pagas, segurança social, assistência, que são conquistas do processo social... a jornada semanal de 40 horas de trabalho, tudo isso. Portanto, eu diria que a democracia política e boa parte da democracia social são aliadas de conquistas importantes como o controle operário, reforma agrária. Em minha opinião, a revolução foi contida, não derrotada.

Há um acordo para a contenção da revolução que é celebrado, sobretudo entre o Partido Comunista (PCP) e uma parte do movimento das Forças Armadas. Há um acordo para conter a revolução e esse acordo tem duas consequências essenciais. Primeiro, a legitimidade das urnas em substituição a legitimidade revolucionária e, portanto, quem ganhar as eleições é quem governa, interrompendo, portanto, o processo revolucionário. A segunda consequência é acabar com o movimento no interior das Forças Armadas e regressar o exército à sua hierarquia normal, sob o comando do Estado Maior do exército e obedecendo ao Estado. Essa dupla consequência do acordo de contenção da revolução fez com que o movimento revolucionário ficasse sem braço armado: o MFA foi desmantelado, seus oficiais afastados ou reintegrados, e a legalidade institucional substituiu a legitimidade revolucionária a partir de 1976, quando a Constituição foi aprovada.

A Constituição, do ponto de vista formal, consagrou muitos dos princípios da revolução: o controle operário, as comissões dos trabalhadores, a reforma agrária. Apesar disso, em seguida os governos eleitos, como o governo do Partido Socialista, se passaram a se aliar com a direita e desmantelar boa parte da aquisição revolucionária, em particular o controle operário, as nacionalizações e a reforma agrária. Da revolução, fica um patrimônio genético, as liberdades públicas e boa parte do Estado Social. Tudo aquilo que as forças conservadoras atualmente tentam finalmente destruir e por em causa, porque o neoliberalismo é historicamente um novo projeto contra a revolução, como foi o fascismo.

O fascismo foi um projeto contra a revolução no quadro da grande crise de 1929 e o neoliberalismo é um projeto contra a revolução no quadro do presente.

Isso fica evidente depois da crise de 2008-2009, em que se tenta por em causa aquilo que são o núcleo duro das conquistas da Revolução de Abril de 1974-1975. A democracia tem dois lados em disputa: um lado cuja gênese está na revolução, como aquisição da revolução, que é imperioso defender. Naturalmente, por outro lado, as forças políticas conservadoras tentam dizer que a democracia não é fruto da revolução, mas fez-se apesar da revolução, por que tentam fazer da democracia um instrumento de destruição da revolução. Portanto, existem dois entendimentos da democracia distintos, absolutamente distintos e vinculados, sobretudo, às questões da atualidade, ou seja, uma democracia abertamente em crise política e institucional.

O estado democrático está em crise nas suas principais vertentes, porque estamos num momento de mudanças. No meu ponto de vista, vivemos uma segunda crise histórica dos sistemas liberais ocidentais. A primeira crise foi a crise dos fascismos e da guerra mundial e a segunda crise é a atual, onde uma grande crise econômica internacional do capitalismo serve de pretexto para uma grande crise da democracia política e social a qual este sistema tentou manter enquanto reproduzia a exploração.

**Carlos Zacarias.** *Você fala que, por um lado, a democracia prejudica os trabalhadores, pois por meio dela os governos e forças conservadoras tentam destruir aquilo que havia de mais progressista na revolução. Recentemente, vimos como os trabalhadores em Portugal, e em outros países, tem se levantado contra os ataques aos direitos. São greves – em alguns casos greves gerais – e enfrentamentos duros e diretos com os governos neoliberais. Qual o significado destas lutas?*

**Fernando Rosas.** São lutas para defender as conquistas históricas e que também se orientam pela democracia: defendem a jornada de oito horas de trabalho, as férias pagas, a liberdade sindical, as pensões e os salários. Saem em defesa daquilo que são as conquistas fundamentais do Estado social, que são uma aquisição da revolução democrática. O Estado social em Portugal não vem de uma combinação entre os partidos socialdemocratas e democratas cristãos no fim da guerra para enfrentar o perigo do comunismo. Ao contrário, este Estado foi conquistado pela Revolução, foi conquistado na rua. Ninguém

ofereceu isso aos trabalhadores para os convencerem a parar. Isso foi uma conquista do processo revolucionário, como a democracia política.

Apesar disso, ainda que a democracia política não tenha conseguido esmagar a revolução, tirou-lhe uma boa parte das suas aquisições. A democracia atual possui dois aspectos: a defesa do patrimônio histórico de conquistas que ela representa e a tentativa de tentar que democracia funcione contra a democracia, de esvaziar o Estado democrático. No momento em que quem manda na economia portuguesa é uma Troika e não o parlamento, já não existe democracia, cada vez menos. A democracia nos países periféricos da Europa neste momento é muito mais formal do que real. Quem manda em Portugal é um governo que ninguém elegeu, que é o governo da Troika. A senhora Angela Merkel. No que tange ao fundamental, as decisões sobre política econômica, financeira e social, são decisões que os portugueses não referendaram pelo voto. Este governo foi eleito para uma política e fez exatamente o contrário do que prometeu, tem uma legitimidade puramente formal. Os parlamentos nasceram historicamente para aprovar os orçamentos, autorizar o rei a cobrar as receitas.

Os parlamentos dos países europeus periféricos nesse momento só aprovam depois da Troika os autorizar e fiscalizar, portanto as democracias são hoje, em muitos aspectos, puramente formais. Além disso, os grandes interesses estão à espera de ter força para acabar com o resto, ou seja, para restringir a liberdade sindical, para tirar do parlamento os partidos que eles chamam de minoritários, para restringir a democracia. O que serve nesse momento para a estratégia contrarrevolucionária do neoliberalismo não é sequer a democracia política, é a oligarquização do sistema político e, portanto, a democracia formal tal como hoje está... é uma questão que depende da correlação de forças. É verdade que a estratégia política do neoliberalismo é a oligarquização antidemocrática do sistema político, isso é o que está: revisão da lei eleitoral, restrição das liberdades públicas, condicionamento do direito a greve.

Participei de vários debates aqui em Portugal sobre o direito a greve. Parte das organizações políticas de direita e até parte do Partido Socialista afirmam que o direito a greve é um direito que ninguém pode tocar, mas defendem que os professores não deviam fazer greve nos meses de dezembro; que os ferroviários não deviam fazer greve; que toda greve que prejudicial não se deve existir, ou deve estar seguramente condicionada, ou seja, na realidade esses

setores querem esvaziar aquilo que são os direitos fundamentais. Em seguida, se eles puderem vão para o direito de manifestação, a seguir vão para o direito de associação, etc. O processo de oligarquização ditatorial dos sistemas políticos que é absolutamente coerente com a estratégia neoliberal de destruição das conquistas sociais e isso é uma questão que se põe na Europa, que existe uma reação massiva para impor uma mudança do curso político. Se nós perdermos essa batalha na Europa, recuaremos decênios.

**Carlos Zacarias.** *Nos debates sobre a crise econômica europeia há quem defenda a desintegração da Zona do Euro – ou que ela é inevitável. Qual sua opinião sobre isso?*

**Fernando Rosas.** Bom, a prossecução com sucesso da política neoliberal de destruição econômica e social dos países periféricos vai inevitavelmente destruir o Euro e União Europeia, disso eu não tenho a menor dúvida. Agora, eu penso, há um debate na esquerda portuguesa sobre isso e a minha opinião é que a esquerda portuguesa e a esquerda europeia deveriam lutar pela manutenção do Euro com grandes reformas econômicas e sociais, ou seja, só sair do Euro se eles o puserem fora, coisa que pode acontecer, coisa que pode perfeitamente acontecer, aliás, se as coisas continuarem como estão. Agora o preço econômico e social que os trabalhadores assalariados pagam pela saída do Euro é enorme.

Quer dizer, isso significa uma desvalorização dos salários brutal, significa o agravamento das condições de vida de quem trabalha muito grande. Nós até podemos ser levados para isso, pode ser que não haja alternativa, mas a esquerda tem que estar fortemente apoiada pelo povo para poder travar essa batalha. A batalha que nós temos que travar é a alteração das políticas nacionais europeias. Portugal, Grécia. A Itália não é um país periférico, mas está a ser empurrado para essa situação. Irlanda, Espanha. E deveria haver uma conjugação entre as esquerdas no sentido de fazer as reivindicações em termos da política europeia e da alteração das políticas em cada um desses países, no sentido de poder mantê-los no Euro com uma nova situação. Para denunciar e renegociar as dívidas, quer o estoque de dívida, quer as taxas de juros e os prazos, tudo isso devia ser sujeito a renegociação a partir de uma moratória

unilateralmente declarada, mas nesse processo que exige uma grande mobilização popular já que os efeitos dessa resistência serão muito duros.

Só deveríamos abandonar o Euro se eles nos pusessem para fora ou seja absurdamente impossível permanecer. Isso exige uma mobilização popular, exige uma ampla aliança de forças políticas à esquerda para canalizar todas essas potencialidades e eu não tenho certeza que possamos fazer isso, porque nós temos um Partido Socialista cuja direção é claramente de direita e que fala em alianças à direita, no fundo para prosseguir com a mesma política dos governos que estão no poder. A construção de uma aliança de esquerda alternativa, portanto, para renegociar a dívida e alterar o curso da política e da economia do país é uma tarefa que temos pela frente e vamos ver se vamos conseguir levá-la por diante. Mas sair unilateralmente do Euro nesse momento, penso que não é uma boa solução, além de ser uma solução com grande peso para o povo trabalhador, com grandes consequências e muito graves para o povo trabalhador. Acho que pode ser que tenhamos que fazer isso, mas acho não devemos sair unilateralmente, mas sermos expulsos.

**Carlos Zacarias.** *Os efeitos da crise inspiram analogias com 1929 e a ascensão dos nacionalismos e fascismos permanece sendo um fenômeno recorrente na história europeia e na história de todo o mundo. Por outro lado, os trabalhadores encampam lutas que sugerem analogias opostas, analogias com as revoluções. Você concorda com a ideia de que a saída das crises está relacionada à disjuntiva revolução-contrarrevolução ou considera que a democracia seria a única alternativa?*

**Fernando Rosas.** Eu acho que uma solução revolucionária é uma solução democrática. Para mim a democracia política está no campo da revolução. O autoritarismo nas suas diversas formas está no campo da contrarrevolução. Historicamente no fascismo, o grande capital recorreu aos partidos fascistas para esmagar a ameaça revolucionária e para liquidar radicalmente o estado liberal democrático que existia. É para esmagar o socialismo e o bolchevismo e para acabar com a democracia parlamentar que as oligarquias selecionam os governos fascistas como os mais eficazes para levar a cabo essa dupla tarefa.



Na situação atual na Europa, não há uma ameaça revolucionária e, portanto, os partidos das oligarquias, as forças políticas ligadas às classes dominantes, ao capital financeiro não têm tido, até agora, uma grande necessidade de recorrer à dinamização das forças da extrema direita. Elas estão lá, crescem, sobretudo, nas classes intermédias, como no tempo do fascismo: pequena burguesia ameaçada no seu estatuto social e, portanto, há um discurso nacionalista e populista com o qual em boa parte da Europa as novas ordens de extrema direita têm crescido, mas elas só poderão ter um efeito decisivo se a classe dominante pegar nelas e as colocar no Estado, ou seja, se aliar, se houver, como houve em 1929, como houve no fascismo uma aliança entre as oligarquias tradicionais e os fascismos para fazer um novo regime.

Essa aliança na Europa não é claro que esteja para existir, por quê? Porque não há uma ameaça revolucionária. O fascismo era indispensável nos anos 30 porque havia partidos comunistas muito fortes e havia greve geral em Itália, os efeitos da revolução bolchevique, ou seja, havia um grande movimento; havia a ameaça da revolução e essa ameaça não existe neste momento na Europa e, portanto, o recurso às fórmulas fascistas tem sido um recurso dispensável. Essa aliança, a meu ver, não é ainda visível. Os movimentos têm crescido em alguns países, chama atenção o da Grécia, onde a Aurora Dourada tem 14 deputados no parlamento, o *Front Nacional* em França, que ameaça ser um dos partidos mais votados nas próximas eleições regionais, ou mesmo na Hungria onde esses partidos tem uma grande força, mas se pegarem casos como os da Espanha e Portugal, não há movimentos fascistas. Em Portugal o movimento fascista tem 0,4% nas eleições. Não existe, por quê? Porque não se precisa os implementar. Quer dizer, o neoliberalismo vai extinguir os partidos que existem para neste momento fazer face à situação. Pode ser que isso venha a mudar, mas a ausência de uma ameaça revolucionária leva a que o perigo do fascismo seja um perigo potencial.

**Carlos Zacarias.** *Estamos caminhando para o final da entrevista, queria perguntar, quanto ao futuro, pode-se dizer que devemos permanecer otimistas apesar do pessimismo das nossas inteligências?*

**Fernando Rosas.** Na Europa estamos a viver uma situação difícil para as esquerdas sociais e para as esquerdas socialistas, para a esquerda crítica, para a esquerda marxista, uma esquerda que quer uma mudança social. Quer dizer, a correlação de forças é complicada. Não estamos em medida de saber se podemos vencer esta luta ou se pelo contrário ela nos vem a empurrar para muitos anos atrás. Agora a questão é certa: é que temos que lutar dedicadamente para que isto aconteça, para que aconteça, atraia a correlação de forças e para impor mudanças nessa política.

Nesse sentido, a luta de classes, a luta política, a intervenção social são como as marés, há mar-e-mar, sair e voltar, portanto temos que estar preparados para avançar e recuar. É assim, toda minha vida foi assim, avançar, recuar, recomeçar, recuar, aprender com os erros e vamos, apesar da dificuldade da situação... Uma coisa posso crer: é que a esquerda socialista europeia, aquilo que eu conheço da esquerda socialista europeia, tenho certeza que vai lutar bravamente contra a ofensiva contrarrevolucionária, neoliberal que tenta nos empurrar centenas de anos para atrás em termos civilizacionais. Vai ser uma luta dura e prolongada, e esse combate para nós é certo.

### Referência bibliográfica

ROSAS, F. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.